APRESENTAÇÃO ACESSO À JUSTICA II

O CONPEDI a cada edição se fortalece como a maior vitrine da produção científica que se desenvolve atualmente nos Programas de Pós-graduação em Direito no Brasil. Além disso, o alcance nacional e a periodicidade dos eventos do CONPEDI tem contribuído de forma eficaz para o diálogo e o debate em torno de problemas nacionais, a partir da realidade regional e local retratada nos estudos realizados.

Neste contexto, é com muita alegria que observamos, ano a ano, um crescente número de trabalhos submetidos ao GT Acesso à Justiça. Esse interesse reflete diretamente na qualidade dos trabalhos apresentados. Aliada à qualidade, a quantidade de trabalhos também surpreendeu e deu ensejo à formação de dois GT's sob a mesma temática: Acesso à Justiça I e II.

A amplitude do tema Acesso à Justiça abre-se a objetos, abordagens e objetivos bastante amplos. Com a finalidade de aproxima-los e fomentar o debate e aprofundamento dos grandes temas discutidos nos Grupos I e II, seus coordenadores acordaram em agrupar nos dois volumes de e-books os artigos de maneira distinta a que foram apresentados no evento.

Desta reorganização resultam os volumes eletrônicos I e II sobre o Acesso à justiça. O Volume I intitulado *Novos Paradigmas Processuais para o Acesso à Justiça* reúne trabalhos com dois diferentes enfoques: I. Mecanismos processuais para o acesso à justiça; II. atuação de instituições e atores processuais na efetivação da acesso a Justiça.

O volume II,que ora se apresenta, está intitulado *Política Judiciária e Administração da Justiça*e concentra artigos relativos à: I. *Política Pública Judiciária* II. *Poder Judiciário e Políticas Públicas Sociais*.Todos os artigos apresentados tem o Acesso à Justiça como objeto comum de estudo e a efetividade da justiça como um objetivo a ser alcançado.

Os artigos reunidos sob o tema Política Pública Judiciária concentram estudos relativos aos processos de construção da agenda, formulação, implantação e avaliação de políticas públicas para o Sistema de Justiça, de forma ampla, e especificamente para o Poder Judiciário.

O Sistema de Justiça, da forma como concebido, envolve não apenas os órgãos do Poder Judiciário, mas toda sua estrutura burocrática-funcional, além das instituições essenciais à administração da justiça, tais como Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, entre outras. Igualmente acolhe estudos relacionados a Instituições públicas e privadas, além de organizações do terceiro-setor externas ao Sistema de Justiça que interferem e atuam junto ao mesmo no sentido de dar maior efetividade à prestação jurisdicional e, por via de consequência, ampliar e assegurar o Acesso à Justiça.

Nos artigos reunidos sob o título 'Atuação do Sistema de Justiça em torno de políticas públicas sociais" priorizam-se estudos que tenham por objeto o papel e a atuação de entidades vinculadas ao Sistema de Justiça sobre políticas públicas referentes a direitos

fundamentais de forma geral, com prioridade para a efetividade dos direitos sociais e a proteção de grupos vulneráveis.

Estamos certos de que os debates ocorridos nos grupos e a disponibilidade desta produção qualificada à comunidade científica nacional ajuda a erigir o Acesso à justiça como tema prioritário na Agenda governamental e poderá contribuir na identificação de problemas e na busca de soluções para efetivar o direitos fundamental de Acesso à Justiça a todos.

De Curitiba e São Paulo, 05 e junho de 2014.

Adriana Silva Maillart

José Querino Tavares Neto

Claudia Maria Barbosa